

Apresentação

Alexandre Braga Massella

A reflexão sobre os fundamentos das ciências sociais – a chamada filosofia das ciências sociais – abarca uma série de indagações e problemas que seria difícil organizar em uma ordem de prioridade lógica ou até mesmo conferir uma unidade. Embora tenha o estatuto de uma disciplina institucionalizada, com inserção universitária e canais de expressão próprios¹, não há um consenso forte em torno das fronteiras da disciplina ou dos modos de abordar os temas mais recorrentes. Uma tentativa de definição diria que a disciplina estuda os problemas filosóficos que surgem da prática das disciplinas empíricas que constituem esse outro conjunto cuja unidade também é difícil de caracterizar, que são as “ciências sociais”. Uma lista não exaustiva desses problemas conteria as questões da unidade do método, das formas da explicação científica, da explicação histórica, da explicação funcional, da existência ou não de leis sociais, da construção conceitual, da explicação da ação, da neutralidade valorativa e da objetividade do conhecimento do social, do caráter das teorias sociais (leis, esquemas conceituais, classificações), da racionalidade e, ainda, das unidades fundamentais de análise (indivíduos ou grupos)². Alguns dos problemas geraram extensas controvérsias, como o das unidades de análise, isto é, se a unidade última de análise é o indivíduo ou o grupo, que está na raiz da controvérsia entre o individualismo e o holismo, e o da reflexão sobre a possibilidade de reduzir ou não as explicações e descrições macrosociais às microsociais. Salientemos ainda a questão da objetividade do conhecimento,

1. Sobre esses aspectos, ver Jarvie (2011).

2. A lista reproduz parte do levantamento feito por Jarvie (2011), que tem como fonte catorze antologias de textos, selecionadas entre 1953 e 2007.

cujas alternativas mais drásticas são a defesa da neutralidade valorativa ou a denúncia da inevitabilidade da influência dos valores na pesquisa.

A ausência de fronteiras nítidas e a precária unidade desse conjunto um tanto amorfo de problemas fazem da filosofia da ciência social uma empreitada interdisciplinar, em que o tratamento dos problemas gerados no interior de uma disciplina se cruza com o tratamento daqueles gerados em outras; ela se alimenta não só dos recursos provenientes dos vários ramos da filosofia (epistemologia, metafísica, filosofia da linguagem), mas também dos resultados de pesquisas empíricas. Assim, a delimitação estrita da disciplina costuma ser vista como uma ameaça à fertilidade da investigação e como algo que atende muito mais às necessidades de especialização e profissionalização próprias à divisão do trabalho acadêmico do que à lógica interna aos problemas (cf. Jarvie, 2011; Risjord, 2014).

Apesar da diversidade dos problemas, há a tentativa de identificar alguns eixos fundamentais que organizam as tomadas de posição possíveis quando se trata de enfrentar casos mais específicos. Um desses eixos é a oposição entre o naturalismo e o antinaturalismo, que aborda as relações do estudo da sociedade com a ciência natural – relação que, para alguns, é decisiva para a possibilidade de uma *ciência* da sociedade, desde que as ciências naturais sejam consideradas casos paradigmáticos de conhecimento empírico. Esse problema impulsionou a extensão dos recursos conceituais e analíticos da filosofia da ciência para a reflexão sobre as ciências sociais. É claro que, dependendo de como é formulada, a relevância da questão – da cientificidade ou não – pode ser contestada. Critérios muito fortes de cientificidade podem levar a uma delimitação excessiva da investigação, restringindo-a a um conjunto limitado de teorias, métodos e questões. Daí ser preferível trabalhar com noções amplas de ciência, o que permite conceder cientificidade, por exemplo, a toda investigação empírica sistemática sobre as atividades que fazemos na qualidade de membros de grupo sociais. A estratégia, se não proporciona um critério claro que permita articular nitidamente nossas intuições sobre o que distingue a ciência rigorosa, tem ao menos o mérito de abrigar, na reflexão filosófica, diversas técnicas de pesquisa e diversos modos de formulação teórica (cf. Risjord, 2014). Grande parte da pesquisa social não seria tema da reflexão filosófica e metodológica se entendêssemos por método apenas o método experimental e por teoria apenas um conjunto axiomatizado de definições e leis.

De forma mais geral, a contestação da questão é alimentada pelas controvérsias no interior da própria filosofia da ciência, que teriam minado a

noção de um modelo homogêneo de ciência e a validade de qualquer critério de demarcação entre o que é e o que não é ciência.

Mas se for possível tomar o eixo naturalismo/antinaturalismo sem se comprometer com uma definição muito estrita de ciência, então será possível organizar em torno dele as posições em relação aos vários problemas específicos. De fato, em torno desse eixo os temas se diversificam e são várias as entradas possíveis para tratar da questão, o que reflete os diferentes desafios que as ciências sociais apresentam a um modelo de racionalidade científica inspirado nas ciências naturais. Desafios como a complexidade do objeto, as características da ação humana – que, por ser dotada de sentido, exigiria padrões de explicação únicos à investigação social – ou, ainda, a dificuldade da distinção entre fato e valor – que seria muito mais aguda no caso da ciência social. Se tomarmos certas virtudes epistêmicas, como objetividade e testabilidade, como parâmetros da racionalidade científica, para cada um dos problemas enfrentados, as alternativas seriam: sustentar que a ciência social pode atingir aquelas virtudes epistêmicas caras às ciências naturais e que ela só será uma ciência se conseguir satisfazer tais requisitos; negar que a ciência social possa atingir tais virtudes e que, portanto, não é ciência (o que se passa por ciência social é alguma outra coisa, um programa de intervenção na sociedade, de reforma ou transformação radical, por exemplo)³; sustentar que não é possível o conhecimento da sociedade nos moldes das ciências naturais, mas evitar a conclusão cética de que o conhecimento nesse âmbito seria impossível, defendendo modos de conhecer particulares das ciências sociais⁴. Para os impacientes com a antinomia entre naturalismo e antinaturalismo, há a proposta de transcendê-la, pois ambos teriam sido incapazes de responder questões cruciais suscitadas pelo estudo da ação humana, como a relação entre interpretação e explicação, a natureza das teorias nas ciências sociais e o papel da crítica⁵.

A diversidade não é só dos problemas enfrentados, mas também das concepções a respeito da natureza e da relevância desse tipo de reflexão. Analisar e explicitar os pressupostos epistemológicos e metodológicos, os conceitos e argumentos empregados em uma teoria ou investigação social, na tentativa de esclarecê-los, livrá-los de ambiguidades ou identificar as principais abordagens e estratégias explicativas presentes na ciência social é uma maneira de praticar e justificar esse tipo de reflexão. Essa forma de reconstrução da ciência praticada pode tematizar conceitos teóricos, como o de estrutura social ou o de anomia, ou ainda as chamadas noções meta-teóricas, como a noção de explicação ou a noção de causa⁶. A caracterização precisa do estatuto desse

3. Sobre o desenvolvimento dessa visão, ver Jarvie (2011, pp. 15 e ss.).

4. Para uma apresentação do problema nesses termos e uma vigorosa defesa da primeira alternativa, ver Kincaid (1996).

5. Para uma formulação dessa ideia, ver Fay e Moon (1977), e para o desenvolvimento dela, Fay (1996).

6. Uma formulação da tarefa da metodologia das ciências sociais como reconstrução de pressupostos lógicos, ontológicos e epistemológicos pode ser encontrada em Oliveira Filho (1976).

tipo de reflexão leva, em última análise, a controvérsias sobre a natureza da própria filosofia da ciência. É possível, por exemplo, considerar que a análise de conceitos trata apenas de relações lógicas e do significado dos termos científicos. Caberia assim à filosofia da ciência reconstruir, empregando as ferramentas da lógica moderna, as noções características da metodologia científica, como explicação, confirmação ou teoria.

No entanto, se a análise conceitual for também uma questão empírica, então a filosofia da ciência não terá o sentido de uma reflexão que é, no sentido lógico, anterior à prática científica; será em vez disso algo que está no mesmo plano, fazendo afirmações empíricas sobre a prática científica que também deverão ser testadas⁷.

7. Para uma defesa desse programa, ver Laudan (1996, pp. 154-167).

Uma outra maneira de caracterizar essa reflexão seria atribuir a ela a ambiciosa tarefa de construir uma síntese para unificar, em uma grande teoria, o conhecimento teórico e empírico disperso. Menos praticado nessa dimensão grandiosa, esse tipo de exercício pode assumir, porém, formas mais “modestas”, como investigar a possibilidade de integrar a sociologia aos postulados e conceitos de ciências consideradas mais desenvolvidas (a biologia evolutiva, por exemplo), o que teria, para os defensores dessa empreitada, a vantagem de inserir a sociologia no mesmo movimento de integração do conhecimento observado no âmbito das ciências naturais⁸. Seria possível dizer também que sua tarefa consiste em dissecar os valores ou interesses presentes na pesquisa social, tarefa crítica ligada à avaliação das consequências e dos usos práticos da pesquisa. Ou, ainda, que graças a ela podemos classificar e contrapor, de forma sistemática, as diferentes orientações metodológicas no interior das ciências sociais, estimulando cada uma dessas orientações a refletir criticamente sobre seus próprios pressupostos⁹.

8. Tarefa ressaltada por McIntyre e Martin (1994), pp. xiv-xxii.

9. Sparti (1995) salienta bem esse ponto.

Seja qual for a maneira de definir essa reflexão filosófica sobre as ciências sociais e sua relação com a prática científica, ela parece ser constitutiva dessas ciências. É certo que ela tem um lugar privilegiado no período de constituição e de institucionalização de uma disciplina como a sociologia, quando a fundamentação de sua possibilidade científica era de importância estratégica para arregimentar praticantes e abrir caminho no interior dos saberes consolidados. O esforço de Durkheim em *As regras do método sociológico* ou os escritos metodológicos de Weber são marcos dessa reflexão, os quais não poderíamos, porém, limitar ao período “clássico” de fundação da sociologia ou aos momentos de crise de identidade das disciplinas das ciências sociais. A persistência dessa reflexão parece tributária de uma situação que marca essa área ainda hoje, que é a ausência de consenso na comunidade científica em

torno de quais seriam os problemas a serem investigados e quais conceitos, teorias e métodos deveriam ser empregados para solucioná-los. Em uma situação em que tais questões fundamentais não podem ser consideradas superadas, é mais do que razoável que a necessidade de justificar as decisões tomadas seja constante. Se nas ciências naturais as questões filosóficas irrompem quando a pesquisa avança fronteiras desconhecidas, na ciência social a divergência entre correntes que pregam problemas, teorias e métodos distintos faz com que o debate filosófico integre a prática científica. E se a filosofia da ciência social é incontornável para o cientista social, cabe a ele, tanto quanto ao filósofo de formação, contribuir e constituir os termos em que ela se dá.

Os artigos deste Dossiê refletem a diversidade dos debates que formam a área. Revelam também a tentativa de articular os problemas filosóficos que as ciências sociais suscitam com os avanços na pesquisa empírica de diversos ramos da ciência social.

O artigo de Harold Kincaid apresenta um panorama de algumas questões vivas na metodologia das ciências sociais e assume uma posição clara sobre o estatuto da filosofia da ciência: trata-se de uma atividade tão empírica quanto a ciência que ela analisa, mas que não está por isso condenada a abdicar da tarefa normativa tradicional da epistemologia e da filosofia da ciência: a de justificar o conhecimento ou a de especificar como devemos proceder para obter um conhecimento científico. O artigo filia-se à estratégia geral da epistemologia naturalizada de W. O. Quine, que propõe analisar o conhecimento por meio de suas propriedades biológicas, psicológicas ou sociais, e não por meio de noções normativas como justificação. A controvérsia que essa estratégia suscita diz respeito às suas implicações para as questões normativas tradicionais da epistemologia: elas devem ser abandonadas ou podem ser enfrentadas de uma nova perspectiva?¹⁰ Na visão de Kincaid, a filosofia da ciência – alimentada pela psicologia, pela história da ciência e pela sociologia da ciência – pode emitir juízos sobre a boa ciência na forma de proposições que avaliam os melhores meios para atingir os fins da ciência. É claro que isso pressupõe a escolha de alguns casos paradigmáticos de ciência bem-sucedida e uma reflexão sobre os fins das ciências (por exemplo, um conhecimento causal que permita previsões), isto é, de como eles são selecionados e variam ao longo da história¹¹. A íntima articulação entre a filosofia da ciência e a prática científica sugerida por Kincaid tem repercussões na maneira de tratar controvérsias bem conhecidas, como a que opõe individualistas e holistas metodológicos. Os argumentos de natureza

10. Para um tratamento do problema de diferentes pontos de vista, ver Kornblith (1994).

11. Ver Laudan (1996).

conceitual que pretendem decidir a questão de maneira absoluta seriam menos fecundos do que um tratamento da controvérsia articulado a pesquisas empíricas sobre temas como desempenho educacional ou segregação urbana. A análise conceitual pode servir para precisar as duas alternativas metodológicas, mas seria mais proveitoso estudar como essas estratégias explicativas dão conta de certos problemas empíricos do que tentar resolver a questão analisando os conceitos de indivíduo ou de sociedade.

Se a filosofia da ciência não é logicamente anterior à atividade científica e se ela só pode preservar sua relevância caso se alimente dos estudos empíricos sobre como a ciência é de fato feita, é natural que ela espere contribuições da sociologia do conhecimento. O artigo de Warren Schmaus é uma contribuição nesse sentido. Aplicando a noção durkheimiana de integração e de densidade social à comunidade científica, Schmaus sugere que a pesquisa produzida por cientistas bem integrados em sua comunidade pode conter mais virtudes epistêmicas (confiabilidade, objetividade etc.) do que a pesquisa gerada por cientistas menos integrados. A integração envolve, nesse caso, dimensões como a frequência e a qualidade das relações e os ideais que as governam. Ainda que seja problemático apresentar evidência direta para tal tese, dada a dificuldade de evitar juízos de valor quando se trata de decidir a confiabilidade relativa dos resultados de uma pesquisa, Schmaus indica algumas vias indiretas para testá-la, como investigar a relação entre colaboração, que supõe a participação em redes, e produtividade dos cientistas. A integração e a densidade das relações não dependeriam apenas das qualidades pessoais dos cientistas, mas de fatores sociais, culturais e institucionais. Assim, se as mulheres cientistas são menos integradas à sua comunidade, a razão pode estar nas expectativas culturais em relação a elas ou nas atitudes misóginas de que são vítimas, e não em suas habilidades científicas ou em sua disposição para a sociabilidade. Além disso, fatores institucionais, como o prestígio e o nível de recursos de uma instituição, podem favorecer a formação de amplas redes de colaboração profissional, beneficiando os que dela fazem parte independentemente dos méritos pessoais e até científicos. Schmaus recusa, no entanto, qualquer vínculo simples e direto entre as relações de poder na estrutura social e o *status* no interior da comunidade científica – *status* que muitas vezes obedece a normas internas à comunidade.

O artigo de Chrysostomos Mantzavinos trata de um ponto estratégico para a sustentação de um naturalismo metodológico. Tomando as ocorrências no mundo social como eventos naturais, esse naturalismo prega

uma unidade de método somente, sem se comprometer com uma ciência unificada em torno de princípios substantivos e, mais importante, ele pretende ser compatível com a noção de que as ações humanas são dotadas de sentido. O sentido das ações e das produções culturais exige um esforço de compreensão, mas isso não suscitaria, como querem os antinaturalistas, problemas próprios às ciências sociais e avessos aos métodos empregados por outras ciências. Mantzavinos mostra qual é o estatuto de um dos problemas gerados pela análise da compreensão – o do círculo hermenêutico – e quais as consequências disso para o estatuto das ciências sociais. O círculo hermenêutico não é um problema ontológico, isto é, não diz respeito a um modo da existência humana em geral, nem um problema lógico, como seria se pudesse ser descrito como um raciocínio circular. Ele é, na verdade, um problema metodológico, que surge em certas circunstâncias específicas, como quando não entendemos de forma automática certas expressões linguísticas. O mais importante, na visão de Mantzavinos, é que se trata de uma operação mental concreta, semelhante àquela envolvida no método hipotético dedutivo aplicado nas ciências naturais, que pode ser analisada por disciplinas empíricas como a psicolinguística. A estratégia adotada é um bom exemplo do uso dos resultados de disciplinas empíricas para o tratamento de problemas epistemológicos tradicionais. O artigo é parte de um projeto mais amplo do autor, de uma hermenêutica naturalista elaborada mediante um confronto crítico com as reflexões metodológicas de Dilthey, Heidegger e Gadamer¹².

12. Ver Mantzavinos (2005).

O artigo de Stephen Turner dá um passo a mais na perspectiva naturalista, explorando as possibilidades de um naturalismo não só metodológico, mas substantivo, ao indagar sobre a integração, no corpo teórico das ciências sociais, de resultados obtidos pela neurociência, como os conhecimentos relativos aos processos cerebrais ligados aos sentimentos de simpatia ou de solidariedade. Turner investiga por que algumas teorias sociais são mais afeitas a esse tipo de integração do que outras. Sua ideia é a de que a teoria social do final do século XIX – anterior, portanto, à institucionalização da disciplina – , interessada que estava nas questões suscitadas por Darwin e pelos estudos sobre a cooperação entre os animais, ofereceria conceitos que poderiam ser vinculados aos conceitos relativos a processos cerebrais, ao passo que o chamado “modelo padrão de ciência social” – presente, por exemplo, em Simmel e Durkheim – seria refratário a essa integração. Esse modelo pressupõe uma noção de cultura, de seu papel causal na conduta humana e de sua relação com o aparato cognitivo humano que encoraja o isolamento das ciências sociais e desestimula a exploração de suas conexões

com o corpo das ciências, especialmente com os avanços feitos na biologia evolutiva, na ciência cognitiva e na neurobiologia. Uma ideia central do modelo padrão é a de que a mente humana pode ser maleável e seus conteúdos determinados pelo meio social e cultural. As características de uma cultura particular resultam de processos que ocorrem no âmbito grupal e seus produtos não recebem sua forma específica ou conteúdo de características biológicas inatas. Assim, tudo o que há de interessante na sociedade pode ser explicado por fatores culturais e sociais. A reação a esse modelo, surgida no interior da psicologia evolutiva, considera que o aparato mental humano não é uma forma maleável cujos conteúdos são preenchidos pela cultura, mas que contém mecanismos especializados desenvolvidos ao longo da evolução que impõem à mente humana certos conteúdos e uma determinada organização conceitual. O alvo dessa reação é o pressuposto geral do modelo padrão, segundo o qual fatores biológicos e culturais seriam conjuntos exclusivos de causas e que a relação entre esses conjuntos explicativos seria de soma zero: “quanto mais avança a explicação biológica, mais se retrai a explicação social ou cultural”¹³. Turner toma Simmel como um dos representantes desse modelo padrão, analisando a estrutura de seu argumento sobre como a sociedade é possível e as questões que sua estratégia gera, contrapondo-o ao modelo de F. Giddings, que, nesse confronto, revela-se mais afeito a uma integração com as descobertas de outras ciências. Para Turner, em primeiro lugar, é mais fértil hoje para as ciências sociais buscar correlatos físicos para conceitos como solidariedade e empatia do que pressupor a existência de valores e normas compartilhadas como uma condição de possibilidade da sociedade; em segundo lugar, algumas teorias sociais abrem caminho para a busca desses correlatos, ao passo que outras não.

13. A noção de modelo padrão de ciência social e a proposta de um modelo alternativo estão em Tooby e Cosmides (1995).

Simmel e seu programa de fundamentação da sociologia retornam no artigo de Lenin Bicudo Bárbara, que examina o papel desempenhado nesse programa por analogias entre o método da sociologia e os da geometria e da biologia. As analogias podem ser usadas de várias maneiras na ciência. Uma delas é a transferência de conhecimentos de um domínio em que a pesquisa está avançada para outro em que a pesquisa se inicia e que é considerado análogo ao primeiro; outra seria seu uso como um método de ilustração ou verificação secundária. Simmel atribuiu às analogias um importante papel. Sua função não seria tanto a de comparar dois fenômenos a fim de transferir o que se conhece de um para o outro, mas comparar os dois para descobrir algo novo em relação a ambos. O artigo de Bárbara explora como

as analogias estabelecidas por Simmel entre o método da sociologia e o de outras ciências desempenham ainda outra função – a de educar o olhar do sociólogo ou de ajustar a sua escala de observação.

O artigo de Davide Sparti trata – sem abraçar uma perspectiva naturalista metodológica ou substantiva – do tema da explicação da ação, que tem extensa tradição na filosofia, uma vez que a explicação costuma ser a meta cognitiva final das ciências. No interior da reflexão sobre as ciências sociais, a análise dos obstáculos, conceituais ou práticos, à obtenção de explicações causais e leis bem confirmadas é um tópico sempre presente, que pode se desdobrar na análise da lógica de certos tipos de explicação, como a explicação funcional ou a explicação intencional. Tais reflexões podem tomar como objeto de análise o produto da atividade explicativa, isto é, a explicação em sua dimensão lógica e semântica, sobre a qual tem sentido perguntar se é consistente, se é conhecida ou que relação mantém com outras explicações. Mas essas reflexões podem explorar – como faz Sparti – a explicação em sua dimensão pragmática, em relação a qual faz sentido perguntar: quanto tempo ela durou, em benefício de quem foi dada, satisfaz as necessidades de esclarecimento dos seus destinatários? A explicação, como ato comunicativo destinado a uma audiência, é aproximada por Sparti da compreensão, pois, quando bem-sucedida, a explicação torna inteligíveis ações que pareciam inquietantes ou anômalas, mudando e reorganizando o quadro conceitual dos receptores. A explicação, ao ampliar a compreensão que temos dos outros, implica uma alteração de nós mesmos. Ao reconstruir os componentes e as fases do ato comunicativo de explicar, Sparti extrai uma conclusão de vasto alcance para um problema caro à teoria social: o ato de explicar, quando torna inteligível o que parecia surpreendente, é um instrumento crucial para assegurar interações estáveis e, no limite, a coesão da sociedade.

O artigo de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva mobiliza os recursos analíticos da filosofia da ciência para entender por que a teoria da estruturação de A. Giddens foi pouco incorporada nas pesquisas empíricas dos cientistas sociais ou não gerou um programa de pesquisa. A estratégia adotada é esclarecer os diferentes estatutos que Giddens concede ao seu projeto teórico-metodológico. Ao transformar a teoria da estruturação em uma reflexão conceitual sobre a natureza da ação ou das instituições sociais, Giddens acaba por oferecer ao pesquisador esquemas classificatórios que não podem nem pretendem cumprir funções explicativas. Ora, se o que se espera de uma teoria é justamente um repertório de mecanismos e modelos explicativos, a reflexão de Giddens seria de mais interesse aos que se dedicam ao debate

metateórico do que aos que estão às voltas com a solução de problemas empíricos específicos. As razões que levaram Giddens a dar essa feição à teoria da estruturação estão bem apresentadas no artigo, que sugere ainda uma possível solução para o problema. Este não se restringe à teorização de Giddens. Trata-se, afinal, de saber qual é a teoria mais fértil para a geração de pesquisas empíricas e que melhor serve às necessidades do pesquisador: que elementos ela precisa conter, que relações deve estabelecer entre seus conceitos e proposições e em que grau de abstração pode ser formulada. O problema interessa, é claro, à filosofia das ciências sociais.

Referências Bibliográficas

- FAY, B. (1996), *Contemporary philosophy of social science*. Oxford, Blackwell.
- FAY, B. & MOON, J. D. (1977), "What would an adequate philosophy of social science look like?". *Philosophy of Social Science*, 7: 209-227.
- JARVIE, I. 2011. "Philosophical problems of social sciences: paradigms, methodology and ontology". In: JARVIE, I. & ZAMORA-BONILLA, J. (orgs.). *The Sage handbook of the philosophy of social sciences*. Londres, Sage Publication.
- KINCAID, H. (1996), *Philosophical foundations of the social sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KORNBLITH, H. (1994), *Naturalizing epistemology*. Cambridge, MIT Press.
- LAUDAN, L. (1996), *Beyond positivism and relativism: theory, method, and evidence*. Boulder, CO, Westview Press.
- MANTZAVINOS, C. (2005), *Naturalistic hermeneutics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MARTIN, M. & MCINTYRE, L. (1994), *Readings in the philosophy of social science*. Cambridge, MIT Press.
- OLIVEIRA FILHO, J. J. (1976), "Reconstruções metodológicas de processos de investigação social". *Revista de História*, 107 (54): 263-276.
- RISJORD, M. (2014), *Philosophy of social science: a contemporary introduction*. Londres, Routledge.
- SPARTI, D. (1995), *Epistemologia delle scienze sociali*. Roma, La Nuova Italia Scientifica.
- TOOBY, J. & COSMIDES, L. (1995), "The psychological foundations of culture". In: BARKOW, J. H.; TOOBY, J & COSMIDES, L. (orgs.). *Adapted mind: evolutionary psychology and the generation of culture*. Oxford, Oxford University Press.